

Edital de Falência - Lei 11.101/2005

4ª Vara Cível - Comarca de Passo Fundo

Prazo de: 20 (vinte) dias. Natureza:

Falência Processo: 021/1.12.0017822-1

(CNJ:.0040692-02.2012.8.21.0021). Autor:

SS Distribuidora de Papéis Ltda e

outros. Réu: SS Distribuidora de Papéis

Ltda e Sara Haeffner Centenaro.

Objeto: Fazer saber, a todos os interessados, que nos autos

supramencionados foi, por este Juízo,

decretada a falência dos devedores antes

nominados, conforme decisão a seguir:

"Vistos. SS Distribuidora de Papéis

Ltda. e Sara Haeffner Centenaro

ajuizaram "Recuperação Judicial com

Pedido de Liminar" alegando, em breve

suma, terem sido constituídas em

01.11.2003 e 25.08.2005,

respectivamente, tendo como objeto o

comércio atacadista de papel e papelão,

bem como o beneficiamento de papel e

comércio de artigos de papelaria.

Afirmaram que a crise financeira, aliada

aos altos juros praticados pelas

instituições financeiras, determinou a

situação econômica de dificuldade

enfrentada. Em face disso, ingressaram

com a medida de recuperação judicial.

Juntaram documentos (fls. 16/439). Foi

determinado o processamento da

recuperação judicial (fls. 440/442).

Desta decisão, a postulante ingressou

com recurso de agravo de instrumento

(fls. 453/458). Expedido edital, na

anete fr

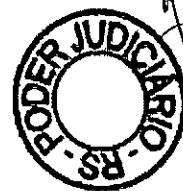
1

62-232-021/2014/317985

021/1.12.0017822-1 (CNJ:.0040692-

02.2012.8.21.0021)

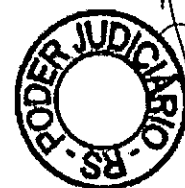
forma do art. 52, §1º, da LRF (fl. 450). Intimada a recuperanda para apresentar plano de recuperação no prazo de 60 dias, o documento não foi apresentado. Em face disso, postulou o Ministério Público a convolação da recuperação em falência. É o breve relato. Decido. Trata-se de analisar pedido de convolação da recuperação judicial em falência, formulado pelo Ministério Público, embasado o pleito na não apresentação, pela empresa em recuperação, do plano de recuperação judicial. O procedimento da recuperação judicial tem como faculdade principal o restabelecimento da empresa em crise. Busca-se, através de medidas de intervenção na atividade, o retorno da saúde econômica da sociedade. Segundo Amador Paes de Almeida: "a recuperação judicial tem, a rigor, o mesmo objetivo da concordata, ou seja, recuperar, economicamente, o devedor, assegurando-lhe, outrossim, os meios indispensáveis à manutenção da empresa, considerando a função social desta". Para que seja viável o processamento e continuação da recuperação, necessário que a empresa em dificuldade apresente plano de recuperação, na forma do art. 53, da LRF. Destaca-se que o plano de recuperação constitui o alicerce central da recuperação, sendo que através dele é possível constatar se empresa possui potencial para sair da situação de crise, retornando à saúde econômica



esperada. Segundo Fábio Ulhoa Coelho: "A mais importante peça do processo de recuperação judicial é, sem sombra de dúvidas, o plano de recuperação judicial (ou de 'reorganização da empresa'). Depende exclusivamente dele a realização ou não dos objetivos associados ao instituto, quais sejam, a preservação da atividade econômica e cumprimento de sua função social. Se o plano de recuperação é consistente, há chances de a empresa se reestruturar e superar a crise em que mergulhara". Dessa forma, constata-se que a empresa em recuperação não atendeu a um dos requisitos essenciais para prosseguimento da ação de recuperação judicial, qual seja, apresentação de plano de recuperação. Outrossim, insubsistentes os argumentos da recuperanda, lançados nas fls. 322/323, uma vez que o causídico das postulantes foram intimados da decisão que concedeu a recuperação judicial e, como consequência, determinou a apresentação de plano de recuperação no prazo de 60 dias. Com efeito, da decisão lançada nas fls. 440/442 foi o advogado das postulantes intimado em 12.12.2012, consoante certidão da fl. 451. Desta data começou a correr o prazo de 60 dias para apresentação do plano de recuperação. Ademais, não se pode confundir a publicação dos atos processuais com a intimação dos mesmos, pois reclamam não ter havido, quanto ao

despacho, a "publicação" e, que, nenhum ato de publicação da decisão há nos autos. Em primeiro lugar, sem a publicação da decisão, seria ela inexistente, dado que se trata de elemento existencial essencial do ato. O recebimento do despacho em Cartório ocorreu, tanto que, *incontinenti*, foram expedidos os ofícios determinados, bem como intimado o advogado da decisão.

Logo, houve publicação do despacho, sendo que dele teve exata ciência o advogado das postulantes. Ainda, cumpre destacar em face da relevância para a decisão ora tomada, que a situação da empresa, conforme indicado pelas próprias demandantes, encontra-se "incontornável". Assim, outra solução não resta senão convolar a recuperação judicial em falência. Diante de todo o exposto, forte no artigo 73, II, da Lei nº 11.101/2005, DECRETO A FALÊNCIA de **SS Distribuidora de Papéis Ltda. e Sara Haeffner Centenaro**, já qualificadas nos autos. Fixo o termo legal da falência no 60º dia antecedente ao aforamento do pedido de recuperação judicial. Relação de credores já existente nos autos, sendo desnecessária nova reiteração da providência, o mesmo valendo quanto à fixação de prazo para as habilitações de crédito. Ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções contra a falida, exceto no que se refere ao previsto no art. 6º, §§ 1º e 2º, da LRF. Imponho a vedação da prática de qualquer ato de



disposição ou oneração de bens sem prévia autorização judicial. Determino a expedição, com obediência ao disposto no inciso VIII do art. 99 da Lei, de ordem de anotação da falência no Registro Público de Empresas e dos ofícios referidos no inciso X do mesmo dispositivo. Mantenho a nomeação do Dr. Rafael Brizola Marques como administrador judicial. Haja vista a motivação em que residiu a decretação da falência, não é caso de autorizar a continuação provisória das atividades, pelo que determino se proceda à lacração do estabelecimento, observado o disposto no art. 109 da Lei, ainda ordenando o encerramento das contas bancárias e a requisição de informações acerca dos saldos nelas existentes. Decreto, por fim, a indisponibilidade dos bens dos sócios administradores da falida pelo prazo a que alude o art. 82, § 1º, da LRF, expedindo-se para cumprimento da medida comunicações aos ofícios de Registro de Imóveis e Detran. Cientifique-se o Ministério Público e comunique-se por carta às Fazendas Públicas. Publique-se edital. Publique-se, registre-se e intimem-se. Passo Fundo, 03 de julho de 2013. Juiz de Dir. Sebastião Francisco da Rosa Marinho.", sendo seus credores credores quirografários: Banco do Brasil - R\$ 1.547.936,62; Santa Maria Cia. de Papel e Celulose - R\$ 189.230,86; Bradesco -

anetefr

R\$ 31.525,35; CMPC Celulose Riograndense
- R\$ 39.694,81; Cart Print Ind. de
Embalagens Ltda - R\$ 10.513,54;
Embalagens e Ind. Adesi Coating Ltda. -
R\$ 7.213,75; Itaú - R\$ 488.096,13;
Transportes Waldemar - R\$ 635,17;
Sicredi - R\$ 82.000,00; Trânsito
Administração e Cobrança - R\$ 559,51;
Forpasso Caminhões - R\$ 1.280,90 e
Retipasso - R\$ 557,00, ficando
ADVERTIDOS os credores de que dispõem do
prazo legal de 15 (QUINZE) dias para
habilitarem seus créditos, ou
apresentarem suas divergências quanto
aos créditos relacionados, na forma do
1º do art. 7º da Lei 11.101/2005.

Passo Fundo, 02 de outubro de 2014.
SERVIDOR: Maria Margareth T.F.R. de
Vargas. JUIZ: Sebastião Francisco da
Rosa Marinho.